

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : 189

DATA : 08 08 91

PG. : 09

CPI quer a expulsão de religiosos da Amazônia

Diante do reconhecimento, por parte do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, de que na Amazônia algumas missões religiosas estão agindo contrário aos seus princípios básicos, o presidente da CPI da Internacionalização da Amazônia, na Câmara dos Deputados, Átila Lins (PFL-AM) vai solicitar a expulsão delas da região Norte.

O deputado Átila Lins informou também que vai solicitar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a relação das empresas mineradoras multinacionais, estrangeiras e nacionais que exploram minérios na região amazônica, para propor um estudo de modificação nos critérios de concessão de alvará.

O ministro da Justiça encaminhou também ao presidente da CPI da Amazônia, a relação constando o nome de 21 missões religiosas que hoje atuam na Amazônia junto aos índios, e, ao presidente da Funai, Sidney Possuelo, que vai depor hoje na CPI da Amazônia, o parlamentar amazônense vai solicitar a relação das missões religiosas que estão sendo investigadas pela Funai, mediante denúncias de que não estão cumprindo o papel religioso para que foram criadas.

O diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, será a próxima autoridade a depor na CPI da Amazônia, no dia 13, quando, na oportunidade, os membros da Comissão irão solicitar medidas mais enérgicas na ação policial para conter a exploração mineral da região, por empresas clandestinas, bem como uma vasta investigação junto às missões religiosas.

Dentre as missões religiosas que hoje atuam na Amazônia, do conhecimento do Ministério da Justiça, pelo menos oito são estrangeiras, e, é pensamento dos integrantes da CPI da Internacionalização da Amazônia, a necessidade do Governo Federal em fiscalizar as ações das mesmas.

O deputado Átila Lins, que espera encerrar os trabalhos na CPI ainda este ano, para mostrar à Nação um documento sobre a realidade amazônica, até mesmo

Setor mineral é criticado

O empresário canadense William Charles Fergusson esteve ontem no Centro de Convenções de Brasília, participando do IV Congresso Brasileiro de Mineirão (Ibram 4) e discursou sobre "Meio Ambiente e Mineração". Ele é diretor da Inco Limited, de Toronto, e sócio estrangeiro em três minas no Brasil, uma no Amazonas, outra em Goiás e a terceira em Paracatu (MG), no Entorno do Distrito Federal. Fergusson fez críticas à legislação brasileira, que, segundo ouviu, "trata a mineração como uma espécie de bode-expiatório da degradação ambiental".

Embora frisando que não caberia a ele comentar ações oficiais do Governo brasileiro, William Charles Fergusson questiona, por exemplo, "que se deixe tanta gente sem trabalho e sem comida, na Amazônia, em nome da defesa e da preservação ambientais — e sem que se providencie uma outra atividade para essas pessoas". Vivendo em um país tão vasto quanto o Brasil, ele acrescenta que o Canadá tem "tão-somente 25 milhões de habitantes, enquanto no Brasil há gente demais".

Por isso, propõe — para a mineração em especial, e para todas as atividades extrativas, no

geral — a formação de uma nova mentalidade, por parte dos governos e dos empresários: "investir inteligentemente na harmonização entre o meio ambiente e a mineração, com a contratação de ambientalistas, engenheiros, biólogos e outros profissionais — e se pagando muito bem, antes de abrir uma mina e durante sua atividade".

Quanto ao Brasil e a seus problemas de caixa, Fergusson lamenta que "a inadimplência do Estado e da sociedade brasileira, como um todo, permita que pobres se metam em garimpos de forma primária, poluindo rios e se envenenando com mercúrio". E lembra que suas minas no Brasil "têm um sistema de operação que impede a volta, para os rios, de toda a água utilizada na extração mineral". Na mineração, assim como em qualquer outra atividade comercial — "nada é de graça, e há que se ter dinheiro para fazer dinheiro".

Sobre a participação estrangeira na mineração brasileira, o empresário Canadense comenta que "existe, mas em todo o mundo e não apenas no Brasil, a tal extração por baixo do pano, que escapa ao controle do país-sede, o que significa uma evasão de renda". Mas lembra que, aqui mesmo, no Brasil, no pouco tempo em que passou convivendo com os profissionais do ramo — "encontrei grandes empresários, mas topei com grandes picaretas".

para fazer frente à Rio-92, disse que tão logo encerre vai propor ao Governo Federal, ações como: expulsão de algumas missões estrangeiras; reforço militar na fronteira da Amazônia; revisão nas concessões de alvará para exploração mineral, e, ao presidente da CNBB, dom Lucas Moreira Neves vai solicitar ajuda no sentido de que a Igreja passe a integrar o movimento nacional de salvação da Amazônia, com a exploração racional, tendo como primeiro plano a sobrevivência do homem amazônico.

Também o governador do

Amazonas, Gilberto Mestrinho, dá sua versão para explicar a crescente cobiça internacional: "Queremos abocanhar a maior floresta tropical do planeta, que conta com a mais extensa via fluvial do mundo, aproximadamente sete mil e 200 quilômetros: o rio Amazonas". Mestrinho disse ainda que "a região é rica em recursos madeireiros e energéticos (somente o Amazonas despeja no Oceano Atlântico 1/5 da vazão total dos rios no bloco, podendo gerar cem mil MW de energia), além de fornecer peixes de mais de duas mil espécies".